



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS
Avenida Anchieta, nº 200 - Bairro Centro - CEP 13015-904 - Campinas - SP - www.campinas.sp.gov.br
Paço Municipal

PMC-SMJ-PGM-PLC-NFA

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

Campinas, 29 de janeiro de 2025.

ACORDO DE COOPERAÇÃO Nº 002/ 2025

Processo Administrativo: PMC.2024.00135393-48

Interessada: Secretaria Municipal de Assistência Social

O **MUNICÍPIO DE CAMPINAS**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF nº 51.885.242/0001-40, com sede na Avenida Anchieta nº 200, Centro, Campinas, SP, 13.015-904, por intermédio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social, representado pela Secretária Municipal **Vandecleya Elvira do Carmo da Silva Moro**, inscrita no CPF/MF sob o nº 220.554.278-81, em razão da delegação de competência atribuída pelo Decreto Municipal nº 23.207 de 16 de fevereiro de 2024, doravante denominado **MUNICÍPIO** e a **FEDERAÇÃO DAS ENTIDADES ASSISTENCIAIS DE CAMPINAS – FUNDAÇÃO ODILA E LAFAYETTE ALVARO - FEAC**, fundação de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 46.002.176/0001-83, com sede na Avenida Mackenzie, 1.835, 2º, 7º e 10º andares, Vila Brandina, Campinas, CEP 13092-523, representada pelo Presidente do Conselho Administrativo pelo Presidente do Conselho Curador, **Renato Nahas Batista**, doravante denominada por FEAC, resolvem celebrar o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO**, nos termos do Art. 29 da Lei Federal nº 13.019/2014, para a consecução dos objetivos e metas propostos neste Termo e no Plano de Trabalho, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1 O presente acordo de cooperação tem por objeto a conjugação de esforços para a execução de ações do Programa Campinas Solidária e Sustentável, instituído pela Lei Municipal nº 16.183 de 29 de Dezembro de 2021, através das seguintes ações:

1.1.1 organização comunitária dos agricultores da Horta Coletiva do Jardim Florence consolidando a horta como pólo educativo e multiplicador;

1.1.2 realização de um curso de formação de agricultores de hortas cadastradas;

1.1.3 como ação prática do curso, a implantação de duas hortas de até 50 m² na região dos Amarais, em local a ser definido pela Prefeitura Municipal de Campinas, com acompanhamento técnico e formação para a comunidade do entorno.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE EXECUÇÃO

2.2 Para alcance do objeto pactuado, os partícipes obrigam-se a cumprir as atividades previstas no plano de trabalho aprovado pelo MUNICÍPIO, que independente de transcrição é parte integrante e indissociável

do presente ACORDO DE COOPERAÇÃO.

Subcláusula única. Os ajustes no plano de trabalho serão formalizados por certidão de apostilamento, exceto em caso de prorrogação, que deverá ser formalizada por aditamento, sendo vedada a alteração do objeto da parceria.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO ATRAVÉS DA SMDAS

3.1 São responsabilidades do MUNICÍPIO:

- a) definir os locais onde serão implantadas as hortas no território dos Amarais;
- b) manter a área de plantio do Jardim Florence com aproximadamente 4.000m², procedendo o preparo, limpeza e manutenção do terreno, infraestrutura para prática agrícola, mudas e insumos para a manutenção da horta, além de arcar com os custos de energia elétrica e água;
- c) articular a busca de parceiros, bem como promover a gestão e acompanhamento das oficinas que não serão conduzidas pela FEAC, na hora comunitária do Jardim Florence;
- d) fornecer ferramentas, insumos iniciais, mudas e composto às hortas do território dos Amarais, obedecendo às determinações do Decreto Municipal nº 23.389/2024, com o objetivo de viabilizar a implantação prática do curso;
- e) promover a gestão e acompanhamento das oficinas que serão conduzidas pela FEAC, nas hortas do território dos Amarais;
- f) organizar e realizar os procedimentos para a inscrição dos agricultores nos cursos de formação a serem ofertados no decorrer da parceria;
- g) apoiar a realização das formações com a oferta de transporte para os agricultores participantes;
- h) monitorar as ações de execução do acordo, de forma a assegurar que as atividades programadas sejam efetivadas de acordo com as especificações dos conteúdos consignados no Plano de Trabalho;
- i) receber, analisar e aprovar os relatórios de execução encaminhados pela FEAC no decorrer da parceria;

3.1.1 através do gestor da parceria:

- a) acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;
- b) informar à Secretária Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social a existência de fatos que possam comprometer as atividades ou metas da parceria, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;
- c) emitir parecer técnico conclusivo de análise final da execução, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação designada, nos termos do artigo 59 da Lei Federal n.º 13.019/2014, que o homologará;
- d) disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.
- e) disponibilizar o presente ACORDO DE COOPERAÇÃO, em seu sítio oficial na internet e o respectivo plano de trabalho, até 180 (cento e oitenta) dias após o respectivo encerramento, nos termos do Art. 10 da Lei Federal n.º 13.019/2014.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA FEAC

4.1. São responsabilidades da FEAC:

- a) promover o acompanhamento técnico presencial compatível com o bom desenvolvimento das

atividades e remoto, este último quando possível;

b) executar o objeto da parceria de acordo com o Plano de Trabalho, observado o disposto neste instrumento, na Lei n.º 13.019/2014 e nos demais atos normativos aplicáveis;

c) promover a realização de encontros de organização comunitária, formação de multiplicadores, a formação de agricultores cadastrados e a elaboração de cartilha para os agricultores durante a execução do presente ACORDO DE COOPERAÇÃO, sempre em acordo com o MUNICÍPIO, por meio do Departamento de Segurança Alimentar e Nutricional – SMDAS;

d) elaborar relatório técnico trimestral, demonstrando quais ações foram realizadas no período, a fim de demonstrar o cumprimento do objeto e metas estabelecidas no cronograma de atividades constante do Plano de Trabalho;

e) elaborar relatório técnico final, com a demonstração da mensuração dos resultados obtidos a partir do cumprimento das metas e objetivos dispostos no Plano de Trabalho;

f) responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro necessário ao cumprimento dos seus compromissos na execução do objeto da parceria;

g) permitir o livre acesso dos agentes do MUNICÍPIO, dos órgãos de controle interno e do Tribunal de Contas aos processos, aos documentos e às informações relacionadas à execução da parceria, bem como aos locais de execução do seu objeto;

h) abster-se, durante toda a vigência da parceria, de ter como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal direta ou indireta, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau.

i) divulgar na internet e em locais visíveis de sua sede social a presente parceria, nos termos do Art. 11 da Lei Federal n.º 13.019/2014.

CLÁUSULA QUINTA - OBRIGAÇÕES COMUNS

5.1 Os partícipes deverão trabalhar para obter reciprocidade nas atividades a serem executadas no presente Acordo de Cooperação;

5.2 Os partícipes deverão participar das reuniões de alinhamento propostas, bem como zelar pelo fiel cumprimento das obrigações estipuladas para a realização deste acordo e pela execução das metas convencionadas no Plano de Trabalho e se for o caso promover o apostilamento ou aditamento das eventuais alterações na forma da subcláusula única da cláusula segunda;

5.3 Os partícipes desde já autorizam a divulgação de seus nomes, marcas, logotipos e demais distintivos em seus materiais de divulgação, tanto interno como externo, para fins exclusivos de divulgação da presente cooperação, suas atividades e resultados, sendo proibido qualquer desvio de finalidade e a promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, na forma do parágrafo único do Art. 37 da Constituição Federal.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E PATRIMONIAIS

6.1 Para a execução do objeto do presente Acordo de Cooperação não haverá transferência de recursos entre os PARTÍCIPES e NÃO SERÃO COMPARTILHADOS bens patrimoniais.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS RECURSOS HUMANOS

7.1 Os recursos humanos utilizados por quaisquer dos PARTÍCIPES, em decorrência das atividades inerentes ao presente Acordo de Cooperação, não sofrerão alteração na sua vinculação empregatícia nem acarretarão ônus aos PARTÍCIPES.

CLÁUSULA OITAVA– PROPRIEDADE INTELECTUAL

8.1 Os partícipes possuem igualmente direitos sobre os produtos decorrentes do presente Acordo de Cooperação, sendo permitido o compartilhamento para fins não comerciais, atribuídos os devidos créditos, desde que previamente submetido aos partícipes e após concordância expressa de todos eles.

CLÁUSULA NONA – VIGÊNCIA, PRORROGAÇÃO E DENÚNCIA

9.1 O presente Acordo de Cooperação vigorará por **24 (vinte e quatro) meses**, a partir da data de publicação do seu extrato, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos, desde que não exceda a 5 (cinco) anos.

9.2 O presente Acordo de Cooperação poderá ser denunciado pelos partícipes, a qualquer tempo, desde que comunicado por escrito, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA– DA PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS

10.1 No caso excepcional de necessidade de tratamento de dados pessoais no decorrer da execução do contrato, os partícipes se comprometem a cumprir a Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 garantindo-se todos os direitos ao titular de dados.

10.2 Fica vedada a utilização dos dados pessoais para quaisquer finalidades não relacionadas ao objeto do presente Acordo de Cooperação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da Comarca de Campinas para dirimir quaisquer questões oriundas deste Acordo de Cooperação, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja;

11.2 É obrigatória, nos termos do artigo 42, inciso XVII da Lei Federal n.º 13.019/2014, a prévia tentativa de solução administrativa de eventuais conflitos, com a participação de órgão encarregado de assessoramento jurídico integrante da estrutura da administração pública.

E, por estarem de acordo com as cláusulas e condições ajustadas, firmam o presente instrumento eletronicamente conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.

Confecionado conforme minuta 13366634 redigida pela unidade PMC-SMJ-PGM-PAE-NAS



Documento assinado eletronicamente por **JAIR RESENDE DE ALMEIDA SILVA**, Usuário Externo, em 30/01/2025, às 07:46, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **VANDECLEYA ELVIRA DO CARMO SILVA MORO**, **Secretario(a) Municipal**, em 30/01/2025, às 10:34, conforme art. 10 do Decreto 18.702 de 13 de abril de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.campinas.sp.gov.br/verifica> informando o código verificador **13615727** e o código CRC **7C938767**.

PMC.2024.00135393-48

13615727v5